

Corte de 30% adapta orçamento ao cruzado

*Nelson Torreão e
Carlos Max Torres*

Brasília — “O orçamento fiscal da União para 1986, convertido para cruzados (Cz\$ 438,2 bilhões), sofreu um corte indiscriminado de 30% destinado a eliminar linearmente a expectativa de inflação que estava embutida nas contas do governo”, segundo o secretário de Planejamento do Ministério do Planejamento, Francisco Vidal Luna.

Segundo ele, o governo está decidido a “chegar o mais próximo possível ao déficit orçamentário zero este ano, e, em função disso, os recursos necessários para cobrir o buraco de Cz\$ 100 bilhões existente no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) sairão do próprio sistema”, explica.

De acordo com as informações de Luna, a reestimativa sobre a arrecadação tributária da União, decorrente da vigência do plano de estabilização econômica, ainda não foi concluída pela Secretaria da Receita Federal, mas as autoridades econômicas trabalham com a hipótese de excesso (acima do previsto anterior-

mente), com base na experiência histórica dos países que aplicaram o choque antiinflacionário.

O assessor do ministro João Sayad revelou também que os recursos necessários para o financiamento do seguro-desemprego — Cz\$ 8 bilhões — serão obtidos via remanejamento nas dotações orçamentárias do Tesouro e nas eventuais sobras de caixa decorrentes da revisão das contas da União.

Os orçamentos

Todos os orçamentos federais estão sendo reestimados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (Sofi) e pela Secretaria de Controle das Estatais (SEST) para que sejam adequados à nova situação criada pela reforma monetária. O orçamento fiscal da União, submetido ao corte indiscriminado, segundo a expressão de Luna, deverá refletir agora a estabilidade da moeda. Um técnico da Sofi explicou que o processo de elaboração das contas públicas estava sendo tragado pelo elevado grau da inflação brasileira e pela sistemática arcaica prevista pela legislação para a sua elaboração e encaminhamento ao Congresso.

A lei em vigor determina que o Executivo tem de encaminhar ao Congresso o orçamento fiscal da União em 30 de agosto de cada ano. Como a inflação no Brasil estava na faixa dos 300%, e a lei orçamentária levava quatro meses para ser votada e aprovada pelos deputados e senadores, quando o documento entrava em vigor, em janeiro do ano seguinte, as despesas e as receitas nele embutidas já haviam sido totalmente deformadas pela escalada dos preços. Assim, na expressão do próprio ministro Sayad, “os orçamentos no Brasil acabavam sendo uma mera peça de ficção”.

A SEST está fazendo também a revisão do programa de dispêndios globais das estatais, que, ao contrário do orçamento fiscal, não depende de aprovação do Congresso. De acordo com o decreto do presidente Sarney, de dezembro último, os investimentos das 320 empresas estatais do setor produtivo deveriam atingir a Cr\$ 153 trilhões (Cz\$ 153 bilhões) que representavam um crescimento da ordem de 9%, comparado com os números de 1985. Estes números, segundo a SEST, serão

revisados para baixo, de acordo com as prioridades do governo federal.

Explicou que a SEST está procurando conciliar os novos parâmetros de investimentos com o congelamento das tarifas do setor público imposto pelo programa de estabilização. Segundo ele, o grosso dos investimentos programados concentrava-se no setor energético, onde também haverá cortes. As aplicações no setor de energia elétrica não serão alteradas, assim como a pesquisa e a prospecção de petróleo. “Não podemos ser pegos de novo no contrapé”, diz Luna. É provável, porém, que os investimentos na extração de petróleo sejam desacelerados, ficando as novas jazidas localizadas como reserva estratégica para futura prospecção pela Petrobrás.

A grande transferência de recursos do orçamento do governo já foi feita, segundo Luna, antes da edição da reforma econômica. O movimento deu-se no sentido das prioridades sociais, do aumento da receita (com o pacote fiscal de dezembro) e da redução das despesas de custeio, principalmente com o pagamento de pessoal.